



MULTINER S.A.
CNPJ/MF 08.935.054/0001-50
NIRE 33300282459

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2010**

DATA, HORA E LOCAL: Em 31 de maio de 2010, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos acionistas.

MESA: Presidente: José Augusto Ferreira dos Santos; Secretário: Jorge Amilcar Boueri da Rocha.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a 2ª Emissão, pela Companhia, de debêntures não conversíveis em ações, com garantia flutuante cumulada com garantia adicional (penhor de ações de emissão da Companhia) (“Debêntures”), nos termos do artigo 58, parágrafo 2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), no valor total de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), conforme termos e condições da “Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A.” a ser celebrada pela Companhia (“Escritura de Emissão” e “2ª Emissão”, respectivamente). As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução 476/09”, respectivamente) e, por isso, a Oferta será automaticamente dispensada de registro na CVM, bem como seus termos e condições.

DELIBERAÇÕES: Os acionistas presentes, por maioria, sem quaisquer restrições, deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o abaixo descrito. Exceto quando definido diferentemente nesta Ata, os termos iniciados em letra maiúscula têm os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão:

1) Aprovar, nos termos do artigo 52 da Lei das S.A. e no artigo 11 (b) do Estatuto da Companhia, a 2ª Emissão e a Oferta, as quais terão as seguintes características:

A. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2010 (“Data de Emissão”).

B. Valor da Emissão. O valor total da Emissão será de até R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

- C. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).
- D. Quantidade. A Emissão é constituída de até 500 (quinhentas) Debêntures.
- E. Séries. As Debêntures serão emitidas em uma única série.
- F. Tipo. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia.
- G. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia, nos termos do §1º do artigo 58 da Lei das S.A.
- H. Prazo e Data de Vencimento das Debêntures. O prazo das Debêntures será de 04 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se as mesmas, portanto, em 1º de junho de 2014.
- I. Certificados. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.
- J. Pagamento do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em uma única parcela, na Data de Vencimento.
- K. Prazo e forma de subscrição. As Debêntures deverão ser subscritas em até 7 (sete) dias após o início da subscrição. As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP. O início do Prazo de Subscrição será informado pela Companhia ao Agente Fiduciário nos termos da Escritura de Emissão.
- L. Forma de integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, inclusive, até a data da efetiva integralização, exclusive.
- M. Colocação e negociação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução 476/09, sob o regime de melhores esforços de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, observados os períodos de vedação à negociação conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.
- N. Dispensa de Registro na CVM. A Emissão não será registrada junto à CVM, em conformidade com a dispensa automática de registro prevista na Instrução CVM nº 476/09.
- O. Remuneração. A partir da Data de Emissão, inclusive, as Debêntures farão jus à atualização monetária e à incidência de juros, na forma a seguir.
- (o.1.) Atualização Monetária: As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, até o seu efetivo pagamento, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (“Atualização Monetária”).

(o.2.) *Juros*: Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Atualização Monetária, a “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária, desde a Data de Emissão até a data de vencimento das Debêntures.

P. Pagamento da Remuneração. A Remuneração será devida e paga anualmente, no dia 1º de junho de cada ano. O primeiro pagamento da Remuneração ocorrerá em 1º de junho de 2011.

Q. Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

R. Resgate Antecipado Obrigatório. Caso a Companhia realize (i) captação de recursos mediante a realização de oferta pública de valores mobiliários não representativos de dívida de sua emissão em montante igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou (ii) qualquer operação societária que resulte na transferência de controle acionário da Companhia (sendo (i) ou (ii) denominados “Evento de Liquidez”), a Companhia deverá realizar, nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, uma oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o conseqüente cancelamento das mesmas, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante pagamento de um prêmio aos Debenturistas, a ser calculado da seguinte forma:

a) caso o Evento de Liquidez seja representado pela realização de uma oferta pública de valores mobiliários não representativos de dívida da Companhia:

$$(ND/500)*2,5%*(VE)$$

ND = Número de debêntures adquiridas pelo credor e

VE = Valor da emissão dos valores mobiliários não representativos de dívida da Emissora.

Onde:

$$VE = (Subscrição)*Preço$$

Subscrição = Número de valores mobiliários não representativos de dívida da Emissora inscritas no evento de Oferta Pública de Valores Mobiliários; e

Preço = Preço de emissão dos valores mobiliários não representativos de dívida da Emissora, definidos no Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Valores Mobiliários.

b) caso o Evento de Liquidez seja representado pela venda ou transferência do controle acionário da Emissora:

$$(ND/500)*2,5\%*VV$$

ND = Número de debêntures adquiridas pelo credor; e

VV = Valor da emissão de valores mobiliários não representativos de dívida da Emissora inscritas no momento da Venda ou transferência do controle acionário da Emissora; Caso não haja a subscrição desta emissão, VV será igual a zero.

Onde:

$$VV = (Subscrição)*Preço$$

Subscrição = Número de valores mobiliários não representativos de dívida da Emissora inscritas no momento da alienação do controle acionário, caso haja subscrição destes valores mobiliários na operação; e

Preço = Preço de emissão dos valores mobiliários não representativos de dívida da Emissora, no momento da Venda ou transferência do controle acionário da Emissora.

S. Vencimento Antecipado. As Debêntures serão declaradas antecipadamente vencidas, sendo exigível da Companhia o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, nas seguintes hipóteses: (i) caso as declarações realizadas pela Companhia sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou incompletas; (ii) pedido de autofalência da Companhia, decretação de falência da Companhia, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, ou liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (iii) inadimplemento, pela Companhia, no tocante ao pagamento da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de pagamento previstas na Escritura de Emissão, por período superior a 5 (cinco) dias úteis; (iv) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, caso tal descumprimento não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário para tanto; (v) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Companhia que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em conjunto, seja equivalente ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (vi) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os Debenturistas, ressalvado os dividendos mínimos estabelecidos pela Lei das S.A.; (vii) declaração de vencimento antecipado relacionado a qualquer dívida ou coobrigação da Companhia em valor igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); (viii) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento, ressalvadas quaisquer exceções aplicáveis ou depois de decorrido qualquer prazo previsto no respectivo instrumento para reversão de tal inadimplemento, no tocante ao pagamento de qualquer dívida ou coobrigação da Companhia em valor igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais); (ix)

transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.; (x) não constituição, ineficácia, inexecutabilidade e/ou violação, pela Companhia, pelos Garantidores (conforme abaixo definido), em qualquer ocasião, das Garantias; (xi) alteração do objeto social da Companhia que implique em redução ou mudança substancial nas suas atividades; (xii) descumprimento de suas obrigações junto aos órgãos de fiscalização governamentais de meio ambiente (CONAMA, IBAMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente), durante o período de vigência da Emissão, que afetem adversamente a condução das atividades da Companhia; (xiii) aplicação irregular dos recursos oriundos da Emissão ou em destinação diversa da definida no âmbito da Companhia; (xiv) redução superior ao percentual de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas; (xv) alienação ou oneração, pela Companhia, de bens integrantes do seu ativo permanente, sujeitos a registro de propriedade, acima do limite de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) por ano, sem autorização prévia dos titulares das Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação, exceto nos casos de obtenção de financiamento dos empreendimentos da Companhia; e (xvi) inobservância ou descumprimento, enquanto houver Debêntures em circulação, do seguinte índice e limite financeiro, que a Companhia obriga-se a cumprir semestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia: (a) a partir do exercício social com encerramento em 31 de dezembro de 2011, a relação entre o somatório do EBITDA (consolidado / individual) da Companhia dos 4 (quatro) trimestres anteriores e o somatório das despesas financeiras (consolidado / individuais) da Companhia no mesmo período não poderá ser inferior a 1,5; e (b) a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, na data de cada balanço trimestral (consolidado / individual) da Companhia a relação entre o endividamento bancário e o somatório do EBITDA (consolidado / individual) da Companhia dos 4 (quatro) trimestres anteriores não poderá ser superior a 3,5.

T. Garantias Adicionais. As Debêntures serão garantidas pelo penhor de 416.986 (quatrocentas e dezesseis mil, novecentas e oitenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, da seguinte forma: (i) 175.956 (cento e setenta e cinco mil, novecentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da JABR Participações S.A., sociedade por ações com sede na Avenida da Américas, nº 7899 – bloco 2, sala 408, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.511.653/0001-99; (ii) 188.510 (cento e oitenta e oito mil, quinhentas e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Cia. 44 de Negócios S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Almirante Barroso nº 52, 19º andar, parte, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita CNPJ/MF sob o nº 08.937.460/0001-52; (iii) 52.520 (cinquenta e duas mil, quinhentas e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Companhia Investimento Resultado, sociedade por ações com sede na Rua da Assembléia nº 11 – 10º andar, Centro, Estado do Rio de Janeiro, Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.047.033/0001-48. (“Garantidores” e “Garantia Adicional”, respectivamente), perdurando a Garantia Adicional enquanto houver Debêntures em circulação, ou, no caso de vencimento, até o integral cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e do Instrumento Particular de Penhor de Ações a ser celebrado pelos Garantidores (“Contrato de Penhor de Ações”).

U. Destinação dos recursos. Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados ao Capex da Companhia (*Capital Expenditure*), sendo despendidos na aquisição e/ou melhorias de bens de capital nos empreendimentos em implantação da Companhia, bem como para capital de giro da Companhia.

2) Ratificar todos os atos anteriormente praticados pela Diretoria no âmbito da 2ª Emissão, ficando a Diretoria autorizada a praticar todos os atos e tomar todas as providências necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia, incluindo, exemplificativamente, a assinatura da Escritura de Emissão e do “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A.”, assim como os demais contratos aplicáveis e outros documentos relativos à Emissão.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária no livro próprio, depois de lida e achada conforme foi aprovada e assinada por todos os presentes sendo autorizada sua publicação sem as assinaturas, conforme facultado pelo parágrafo 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2010.

Jorge Amilcar Boueri da Rocha
Secretário